

Procuradores notificam entidade paulista para que não forneça mão-de-obra ao Família Saudável, que substituirá o Saúde da Família. Justiça impede contratação sem concurso

# MP contesta novo programa

SAMANTA SALLUM E  
ÉRICA MONTENEGRO

DA EQUIPE DO CORREIO

O programa Saúde da Família, que tem 1,5 mil profissionais divididos em 134 equipes, vai acabar. A Secretaria de Saúde decidiu substituí-lo por outro, o Família Saudável. Mas o novo programa, previsto para começar em setembro, está ameaçado de não sair do papel. Segundo o Ministério Público, o Governo do Distrito Federal (GDF) insiste na mesma irregularidade que motivou o fim do Saúde da Família: a burla do concurso público na contratação de funcionários.

Para formar as equipes de novo programa, a Secretaria de Saúde decidiu contratar a Fundação Zerbini, sediada em São Paulo. A entidade presta o mesmo tipo de serviço para a prefeitura da capital paulista, administrada por Marta Suplicy (PT). Na última sexta-feira, porém, cinco procuradores e dois promotores de Justiça enviaram notificação à Fundação Zerbini recomendando à entidade que não assine o contrato com o GDF.

No documento, o Ministério Público alertou que a entidade poderá enfrentar ações judiciais e multas administrativas se não atender a recomendação. A previsão é que mil funcionários sejam contratados para atuar no novo programa e substituir os atuais empregados do Saúde da Família.

"Não queremos que se repita com a Fundação Zerbini, o que ocorreu com o Instituto Candango, que foi uma forma do GDF 'alugar' mão-de-obra. O GDF insiste na irregularidade ao contratar outra entidade para fazer a mesma coisa", criticou o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho do DF, Brasilino Ramos, um dos autores da notificação. Também assinaram o documento o procurador da República Luiz Francisco; os promotores do MPDF Jairo Bisol e Libânio Alves, o procurador Marinus Marsico, que trabalho junto ao Tribunal de Contas da União, e a procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira, do Tribunal de Contas do DF.

A Justiça Trabalhista determinou, na última sexta-feira, a demissão de todos os empregados contratados do Saúde da Família. Julgou ilegal o contrato entre a Secretaria de Saúde e o Instituto Candango de Solidariedade (ICS). Até então, o ICS era responsável por garantir mão-de-obra para o programa. Os gastos com o Saúde da Família, criado em 1999, chegam a R\$ 30 milhões por ano. O dinheiro era repassado pelo GDF ao Instituto Candango.

A intermediação de mão-de-obra pelo ICS foi considerada ilegal por desrespeitar o artigo 37 da

Wanderlei Pozzembom



A MÉDICA GÉSIA RABELO (CENTRO) ATENDE NA CASA DOS APOSENTADOS MARIA DO CARMO E JOÃO NASCIMENTO: EQUIPES REDUZIDAS

## ENTENDA O CASO

### Problemas trabalhistas

● O programa Saúde em Casa foi lançado em 1997 pelo governador Cristovam Buarque (PT). Para formar as equipes, o GDF firmou contratos de prestação de serviço com o Instituto Candango de Solidariedade (ICS) — entidade de assistência social.

● Em 1999, o governador Joaquim Roriz (PMDB) extinguiu o Saúde em Casa e demitiu 3,2 mil funcionários. Roriz criou um programa

semelhante, o Saúde da Família. Mais uma vez, as contratações foram realizadas por meio do ICS.

● O Ministério Público do Trabalho apresentou ação contra a medida. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) considerou as contratações irregulares, mas o GDF conseguiu reverter a decisão.

● A ação do Ministério Público chegou ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) em maio deste ano. Os ministros julgaram irregular a contratação de 1,5 mil servidores e ordenaram que eles fossem demitidos. Os

advogados do ICS apresentaram recurso e, na última sexta-feira, o TST manteve a decisão de demitir os servidores.

● GDF decidiu extinguir o Saúde da Família para substituí-lo pelo programa Família Saudável. Para isso, quer firmar contrato com a Fundação Zerbini, sediada em São Paulo. O Ministério Público notificou a entidade para que não assine o contrato. Segundo o MP, ele contém a mesma irregularidade do acordo entre GDF e ICS: funcionários sem concurso.

Constituição, que exige concurso para preencher vagas no serviço público. A assessoria jurídica do ICS informou que não pretende recorrer da decisão, porque já tem conhecimento que o Saúde da Família será extinto e que outra entidade será contratada para gerir o programa que vai substituí-lo.

### Entendimento

"Vamos tentar chegar a um entendimento com o Ministério Público. Se a preocupação do MP é evitar contratos de trabalho precários, vamos tentar solucionar esta

questão", disse o subsecretário de Atenção à Saúde, Mário Sérgio Nunes, responsável pelo programa Família Saudável. "Não vamos terceirizar mão-de-obra, mas fechar uma parceria entre o governo e uma instituição sem fins lucrativos, que tem experiência reconhecida na área de saúde", acrescentou. Ele pediu uma audiência com representantes do Ministério da Saúde para discutir como as contratações para o programa podem ser feitas.

O promotor Jairo Bisol não tem o mesmo entendimento: "A contra-

tação da Fundação Zerbini é mais uma vez uma forma de burlar o concurso público. Nos parece que a Secretaria de Saúde sabia que o Instituto Candango estava afundando em irregularidades, decidiu abandonar o barco e arrumar outro meio de contratar sem concurso." Segundo Bisol, os atuais funcionários não poderão ser aproveitados pela Fundação Zerbini.

Procurada pelo Correio, a Fundação Zerbini informou, por meio de assessoria, que a notificação do Ministério Público está sendo analisada. A instituição foi criada há 25 anos para dar apoio ao Instituto do Coração (Incor). Especializada em serviços na área de saúde, tem parceria com diversos governos municipais.

COLABOROU ANA MARIA CAMPOS

DE PORTA EM PORTA

Atualmente

300  
MIL

pessoas são atendidas  
pelo Saúde da Família